



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA – CAMPUS I
CURSO DE FISIOTERAPIA (BACHARELADO)

**A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
ACERCA DA INCLUSÃO E PERMANÊNCIA NUMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA**

MARIA CLARA SILVA BARBOSA

SALVADOR

2025



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA – CAMPUS I
CURSO DE FISIOTERAPIA (BACHARELADO)

A PERCEÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA ACERCA DA INCLUSÃO E PERMANÊNCIA NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Projeto de pesquisa apresentado à Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Fisioterapia, elaborado por Maria Clara Silva Barbosa, sob orientação de Juliana Freitas.

SALVADOR

2025

“Nessa nova vida já não há diferença entre grego e judeu, circunciso e incircunciso, bárbaro e cita, escravo e livre, mas Cristo é tudo e está em todos.”

(Colossenses 3:11)

Agradeço a Deus por me dar forças e oportunidades para realizar este lindo trabalho, mesmo diante das inúmeras adversidades. Foi Ele quem me ensinou o verdadeiro significado de disciplina e perseverança, guiando-me em cada passo desta jornada.

Aos meus pais, Vera Lucia Silva e Antonio Fernando Barbosa, minha eterna gratidão. Apesar dos desafios de criar uma filha com deficiência, nunca desistiram de mim. Pelo contrário, sempre estiveram ao meu lado, ensinando-me que posso ir além, com ou sem limitações. Seu amor e apoio incondicional moldaram minha caminhada. Ao meu noivo, David Domingos, seu carinho, apoio e conforto foram fundamentais.

À minha orientadora, Juliana Viana Freitas, expresso profunda gratidão pelo cuidado, paciência, apoio e ensinamentos que me acompanharam durante toda a minha trajetória acadêmica. Você é uma inspiração de virtuosidade, sabedoria, organização e persistência. À professora Helena Fraga Maia, meu sincero agradecimento por sua orientação e conselhos.

Ao Projeto Desconstruindo Barreiras, obrigada por me ensinar que “Não existe nós, sem nós!”. Foi através dessa experiência que compreendi a necessidade de ampliar minha visão sobre deficiência, o que me impulsionou a iniciar esta pesquisa. A todos os alunos com deficiência que se superaram para que, hoje, eu e tantos outros pudéssemos ter a oportunidade de nos formar e atuar como profissionais em diversas áreas, minha imensa gratidão.

Aos amigos que tornam minha caminhada mais leve, enchendo meus dias de ânimo e sorrisos, obrigada por cada momento compartilhado. Aos professores da UNEB que acreditaram em mim e me apoiaram, mesmo diante dos desafios que enfrentamos juntos, sou profundamente grata. A todos os participantes desta pesquisa, obrigada por suas falas e vivências tão ricas e sinceras, que contribuíram de forma inestimável para este trabalho. A tecnologia que auxilia em diversas formas nos dando novos horizontes.

Por fim, à Fisioterapia e a todos os profissionais que reabilitam por sorrisos e transformação de vidas, sou fruto disso! Uma criança com deficiência que cresceu abraçando oportunidades porque, um dia, alguém acreditou em seu potencial e a reabilitou.

Dedico este trabalho a minha família e amigos que me incentivaram e contribuíram para o meu avanço, crescimento e aprendizagem ao longo deste caminho inesquecível e a todas as pessoas com deficiência, de fato, não existe nós, sem nós! Vamos além dos horizontes!

SUMÁRIO

Epígrafe.....	i
Agradecimentos.....	ii
Dedicatória.....	iii
Folha de Rosto do Artigo.....	iv
Resumo/Abstract.....	v
Introdução.....	1
Estratégia Metodológica.....	2
Resultados e Discussões.....	4
Considerações Finais.....	10
Referências	10
Quadro dos dados sociodemográficos.....	13

A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA ACERCA DA INCLUSÃO E PERMANÊNCIA NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

THE PERCEPTION OF STUDENTS WITH DISABILITIES ABOUT INCLUSION AND PERMANENCE IN A PUBLIC UNIVERSITY

Maria Clara Silva Barbosa¹ . Juliana Viana Freitas¹.

¹Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Correspondência para:

Maria Clara Silva Barbosa

Rua Travessa Araguaia, n° 64, Pernambués

CEP: 41.110-150, Salvador, Bahia, Brasil

Tel.: (71) 99134-6440

E-mail: MariaClaraS.Barbosa@Outlook.com

A PERCEÇÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA ACERCA DA INCLUSÃO E PERMANÊNCIA EXISTENTES NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

RESUMO

OBJETIVO: Conhecer a percepção dos estudantes com deficiência de uma universidade pública acerca da inclusão e permanência no ensino superior, bem como identificar de que forma as práticas docentes adotadas pelos professores influenciam no processo de inclusão e permanência destes estudantes. **ESTRATÉGIA METODOLÓGICA:** A abordagem qualitativa, de natureza interpretativa, foi conduzida por meio do estudo de caso, o que possibilitou uma análise aprofundada e contextualizada do fenômeno investigado. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas narrativas de vida, alinhada com os relatos das trajetórias acadêmicas dos participantes. A análise seguiu o Método de Interpretação dos Sentidos, com enfoque na leitura flutuante e exaustiva das narrativas, categorizando os trechos mais relevantes com desfecho na síntese interpretativa, voltada à compreensão dos sentidos atribuídos à inclusão, permanência e atuação docente. **RESULTADOS:** Observou-se que os estudantes com deficiência enfrentam barreiras atitudinais, estas constituídas principalmente pelo capacitismo, além de barreiras metodológicas, tais como a dificuldade de acesso a materiais didáticos, a escassez de recursos de apoio e a ausência de adaptações adequadas nas atividades e avaliações acadêmicas, consoante a isso, a ausência de qualificação docente assertiva, comprometendo diretamente sua inclusão e permanência no ensino superior. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Em suma, no que tange à percepção dos estudantes com deficiência, uma educação superior verdadeiramente inclusiva ainda carece de investimentos estruturais e pedagógicos, assim como de iniciativas que promovam a conscientização e o combate ao preconceito, refletindo diretamente em trajetórias acadêmicas mais equitativas.

Palavras-chave: Pessoa com Deficiência, Ensino Superior, Educação Inclusiva, Ingresso e Permanência.

THE PERCEPTION OF STUDENTS WITH DISABILITIES ABOUT INCLUSION AND PERMANENCE IN A PUBLIC UNIVERSITY

ABSTRACT

OBJECTIVE: To understand the perception of students with disabilities at a public university regarding inclusion and retention in higher education, as well as to identify how teaching practices adopted by professors influence the inclusion and retention processes of these students. **METHODOLOGICAL STRATEGY:** A qualitative, interpretative approach was conducted through a case study, which enabled an in-depth and contextualized analysis of the investigated phenomenon. Data collection was performed through life narrative interviews, aligned with the participants' academic trajectories. The analysis followed the Method of Interpretation of Meanings, focusing on a floating and exhaustive reading of the narratives, categorizing the most relevant excerpts, culminating in an interpretative synthesis aimed at understanding the meanings attributed to inclusion, retention, and teaching performance. **RESULTS:** It was observed that students with disabilities face attitudinal barriers, mainly constituted by ableism, in addition to methodological barriers such as difficulty accessing educational materials, scarcity of support resources, and lack of adequate adaptations in academic activities and assessments. Alongside this, the absence of assertive teacher qualification directly compromises their inclusion and retention in higher education. **FINAL CONSIDERATIONS:** In summary, regarding the perception of students with disabilities, truly inclusive higher education still lacks structural and pedagogical investments, as well as initiatives that promote awareness and combat prejudice, directly reflecting in more equitable academic trajectories.

Palavras-chave: Person with Disabilities, Higher Education, Inclusive Education, Entry and Permanence.

INTRODUÇÃO

O ingresso de estudantes com deficiência no ensino superior público tem recebido crescente visibilidade nas últimas décadas¹⁻⁴. Universidades e faculdades, ao buscarem a diversidade e a equidade social, têm envidado esforços significativos para assegurar que alunos com deficiências motoras, visuais, auditivas e/ou intelectuais tenham acesso equitativo a uma formação acadêmica de excelência. Dados de uma pesquisa nacional indicam um aumento de 139,4% nas matrículas de estudantes com altas habilidades/superdotação, deficiências ou transtornos do espectro do desenvolvimento nos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado entre os anos de 2012 e 2021⁵.

Esse avanço na promoção da educação inclusiva está diretamente relacionado à implementação de marcos legais de grande relevância internacional, instituídos pouco antes da década de 1990^{2,6,7}. Documentos internacionais, como a Declaração de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, que defendem a ampliação do acesso à educação, foram elaborados com o apoio de representantes de diversos países e organizações internacionais, em conferências promovidas pela UNESCO⁷. Na União Europeia, alguns países, como Romênia, Eslovênia, República Tcheca e Polônia, priorizam o aspecto humano da acessibilidade, enquanto outros, como França e Suécia, investem tanto em infraestrutura física quanto em recursos humanos⁸.

Assim como ocorre em parte da Europa, o Brasil também vem promovendo a educação inclusiva, alinhando-se às diretrizes globais de equidade no acesso à educação e avançando significativamente nesse aspecto. Esse progresso é evidenciado por políticas e práticas que buscam garantir ambientes acadêmicos acessíveis e inclusivos. Nesse contexto, a Lei nº 13.146, intitulada como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, promulgada dia 6 de julho de 2015, considerada uma das maiores conquistas para essa população, evidencia o direito de acesso, ressaltando que o mesmo deve ser assegurado, com a finalidade de promover premissas equitativas¹.

Mesmo diante desses avanços, os estudos que abordam a percepção dos estudantes com deficiência referentes à essa inclusão e permanência numa universidade pública ainda são

escassos, contendo majoritariamente informações quantitativas generalizadas, sem explorar com profundidade as vivências dos alunos. Diante disso, o objetivo deste estudo é conhecer a percepção dos estudantes com deficiência de uma universidade pública acerca da inclusão e permanência no âmbito da instituição identificando de que forma as práticas docentes adotadas pelos professores influenciam no processo de inclusão e permanência dos estudantes com deficiência.

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender, em profundidade, as experiências e percepções de estudantes com deficiência no ambiente universitário⁹. Fundamentou-se na perspectiva interpretativa, centrando-se na subjetividade dos participantes, suas vivências e os significados que atribuíam às suas trajetórias acadêmicas. Essa abordagem permitiu acessar a complexidade das interações humanas e das construções sociais que influenciam o cotidiano desses estudantes no ensino superior⁹.

Como estratégia metodológica, adotou-se o estudo de caso, uma abordagem que proporciona uma análise aprofundada do fenômeno investigado, permitindo um entendimento mais detalhado e enriquecedor em comparação a outros métodos de pesquisa¹⁰. Essa estratégia viabilizou uma compreensão ampla das experiências individuais de cada informante-chave, possibilitando a identificação de padrões e oferecendo uma visão mais contextualizada dos processos de inclusão e permanência no ensino superior¹⁰.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista narrativa de vida, baseada nos conceitos de experiência, recordação e narração¹¹. Essa técnica permitiu que os participantes construíssem e compartilhassem suas trajetórias educacionais de forma livre e reflexiva, estabelecendo relações entre passado, presente e expectativas futuras¹¹. As entrevistas foram guiadas por uma pergunta disparadora: “Como foi sua jornada até a universidade e como é ser um estudante universitário?”, o que abriu espaço para explorar motivações, desafios enfrentados, estratégias de superação e percepções sobre a educação inclusiva.

Os participantes foram estudantes com deficiência regularmente matriculados no Departamento de Ciências da Vida (DCV) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus I, em Salvador, entre os anos de 2022 e 2024. Foram incluídos aqueles que haviam completado, no mínimo, um semestre letivo. A seleção foi realizada com base nas informações fornecidas à universidade no ato da matrícula. Após um contato inicial por telefone, os interessados foram convidados a participar da pesquisa. Em seguida, foi agendado um encontro presencial para a apresentação dos objetivos do estudo, esclarecimentos necessários, assinatura do TCLE e realização da entrevista.

As entrevistas foram conduzidas presencialmente, em ambiente reservado no próprio *campus*, com duração média de 50 minutos. Todas as falas foram gravadas em áudio, mediante autorização dos participantes, e posteriormente transcritas na íntegra para análise. Das seis entrevistas analisadas, sua maioria foi conduzida e transcrita por integrantes do projeto de extensão “Desconstruindo Barreiras”, vinculado à UNEB, que contribuíram com a etapa inicial da coleta de dados. As duas entrevistas restantes foram realizadas e transcritas pela pesquisadora responsável por esta versão final do estudo, mantendo-se a coerência metodológica em todas as etapas.

A análise dos dados, por sua vez, seguiu o Método de Interpretação dos Sentidos, conforme proposto por Minayo et al., estruturado em três etapas principais⁹. Na primeira fase, foi realizada uma leitura flutuante e exaustiva do material empírico, com o objetivo de captar o contexto geral das narrativas. Em seguida, na segunda etapa, foram identificados e categorizados os trechos mais significativos das falas, considerando tanto conteúdos explícitos quanto implícitos⁹. Por fim, na terceira fase, foi realizada uma síntese interpretativa, buscando compreender como os estudantes com deficiência construíram e expressaram suas experiências acadêmicas no contexto da UNEB, evidenciando os sentidos atribuídos à inclusão, às práticas pedagógicas e ao seu pertencimento institucional⁹.

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética da UNEB por meio da Plataforma Brasil, conforme as resoluções 466/12 e 510/16, e aprovado com o CAAE nº 52697721.2.0000.0057. Os responsáveis garantiram o anonimato e a privacidade das informações dos participantes. Não

houve seleção baseada em critérios como raça, religião, nível educacional ou renda, assegurando uma participação justa e equitativa, em respeito ao princípio da beneficência. Também não foram coletados dados de prontuários médicos ou imagens de pacientes. Os resultados da pesquisa foram compartilhados em meios acadêmicos, preservando a identidade dos envolvidos. Os dados coletados permanecerão sob a custódia dos pesquisadores, armazenados em seus computadores que serão apagados após 5 anos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram entrevistados seis informantes-chaves, entre os quais cinco mulheres e um homem, para preservação do sigilo das identidades dos entrevistados, os mesmos foram identificados com nomes fictícios, a saber: Luíza, Rosilda, Liliane, Jamile, Eliana e Marcos. Os participantes, com idades entre 22 e 60 anos, identificaram-se como negros ou pardos e estudavam em diferentes cursos: dois em Fisioterapia, dois em Farmácia, um em Enfermagem e um em Fonoaudiologia. Entre eles, três estavam dessemestralizados, um estava no terceiro semestre, um no quinto e outro no segundo semestre. Cinco alunos declararam deficiência física, três desde o nascimento e duas adquiridas, e um com deficiência visual, mais especificamente com baixa visão conforme apresentado no Quadro 1.

Inclusão Intangível

Segundo a Lei 10.098, barreiras na comunicação e informação são obstáculos que dificultam ou impedem a troca de mensagens por meio de sistemas de comunicação e tecnologia. Entre essas, destacam-se as barreiras atitudinais, originadas de comportamentos e preconceitos em relação à deficiência, como o capacitismo¹². Essas atitudes discriminatórias são frequentes no cotidiano e afetam diretamente estudantes com deficiência, como é o caso de Rosilda:

“...Então eu sofri muito aqui com meus colegas, às vezes eu parava e pensava: poxa, meus colegas tão tudo estudando para a área de saúde para cuidar do outro e não enxerga isso, que a gente tem um pouco de dificuldade, mas não porque a gente quer, mas por conta de algum problema que a gente teve...”

Nesse relato, Rosilda expôs a falta de empatia dos colegas de curso, a mesma fez uma crítica a ética profissional desses estudantes, pois de acordo com a fala apresentada, esses discentes estão estudando para cuidar das necessidades de cada paciente, porém estes indivíduos não sabem ou não se importam em cuidar do outro. É uma premissa compreensível, visto que é notável a decepção de Rosilda ao entender que mesmo estando em uma área na qual o cuidado é a base principal, a discriminação ainda está presente. Jamile trouxe uma ideia parecida:

“O todo é decepcionante demais, muitas vezes é decepcionante a falta de cuidado, falta de empatia com o outro [...] graças a Deus o povo não vê a minha deficiência, porque eu acho que eles não têm empatia para lidar.”

A discente Jamile tem hemiparesia no lado direito devido à paralisia cerebral adquirida no nascimento, passou por anos de fisioterapia e hoje quase não apresenta sinais visíveis da deficiência. Sua trajetória a levou a perceber a falta de empatia da sociedade em relação às necessidades das pessoas com deficiência. Essas falas alarmantes evidenciam que fora os desafios diários que enfrentam, e muitas vezes sozinhos, eles também lidam com esse preconceito dentro das salas de aula. Esses estigmas estão ainda muito presentes na sociedade, além disso, eles reforçam a dificuldade das pessoas com deficiência, pois fazem elas acreditarem que não são capazes de se formar, ou exercer o trabalho tão almejado, como o caso de Luíza:

“De qualquer forma eu quero meu diploma, só isso por enquanto, pode ser que eu acredite depois que eu posso realmente ser enfermeira, mas por agora eu só pretendo me formar mesmo... mas eu percebi que para conseguir me formar tem muitas competências que eu preciso alcançar e quando eu conseguir, eu acho que eu vou conseguir perceber se eu posso ou não ser enfermeira de verdade...”

O depoimento de Luíza reforça como o capacitismo pode afetar profundamente a autoconfiança dos estudantes com deficiência. Ou seja, o próprio estudante com deficiência mesmo se superando, ingressando na universidade e de certa forma se adaptando, pode não ver futuro no seu esforço e reproduz falas e crenças capacitistas.

Lage et al. afirmou que o capacitismo pode, assim, ser entendido como uma forma de opressão que define o indivíduo com base na crença de que pessoas com deficiência são incapazes de realizar diversas atividades por terem corpos ou mentes fora do padrão considerado normal¹³. Em conformidade com isso, é claro que essa opressão também foi existente na vida de Luíza ao ponto de que ela mesma também passa a acreditar que não consegue. Jamile em um dos seus relatos disse:

“Tem coisas que eu não consigo fazer, como eu vou chegar lá em uma matéria manual”, coisas assim com a mão [...] fazer alguma coisa que eu seja boa e ao mesmo tempo comportar minha deficiência eu ficava assim, “como é que vai fazer isso? Como é que fica? Porque eu não consigo fazer, tem coisas que eu não consigo fazer.”

Jamile, por conta de sua deficiência física, acreditava não ser capaz de realizar tarefas que exigiam o uso da mão direita, reforçando uma autopercepção de incapacidade. Essa visão é comum entre pessoas com deficiência, que além de enfrentarem o capacitismo externo, muitas vezes se tornam também opressoras de si mesmas. Essas crenças negativas geralmente se formam ainda na infância, influenciadas pela maneira como a deficiência é percebida pela própria família e pela sociedade¹³. O modo como o indivíduo se vê está intimamente ligado ao olhar social, marcado por estigmas e preconceitos históricos¹³.

A trajetória das pessoas com deficiência na sociedade é complexa, permeada por visões religiosas, culturais e científicas ao longo da história¹³. Em tempos antigos, a deficiência era vista como punição divina, fruto de pecados ou erros. Com o avanço da medicina, passou-se a considerar a deficiência como uma anomalia física, algo que deveria ser corrigido por meio da reabilitação¹³. Ainda assim, persistia a ideia de que a pessoa com deficiência precisava ser "curada", o que contribuiu para sua exclusão social e marginalização contínua.

Essas visões tradicionais foram contestadas por teóricos como Lennart Nordenfelt, que destacou o aspecto social da deficiência, e Georges Canguilhem, que redefiniu o conceito de normalidade como a capacidade de adaptação¹³. Essas reflexões ajudaram a combater crenças enraizadas e

impulsionaram movimentos sociais a partir da década de 1960¹². No Brasil, avanços significativos ocorreram com a Constituição Federal de 1988, que assegurou direitos iguais, e com a criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em 2015, que garante proteção legal e inclusão em diversas áreas da vida social^{2,3}.

Referente ao Ensino Superior, a partir dos anos 2000, foram criados programas e políticas públicas voltadas à acessibilidade e inclusão no setor acadêmico, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), estabelecida em 2008¹. A UNEB, por sua vez, se responsabiliza pela identificação e eliminação das barreiras, sejam elas, atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas, curriculares, de transporte, digitais, informacionais e programáticas que limitam ou impedem o público alvo dessa política igualdade em seus diversos ambientes, sejam internos e externos, bem como, bens materiais e imateriais de valor histórico-artístico ou de interesse cultural¹⁴.

As falas dos informantes-chave, em contrapartida, evidenciam que esses alunos não se percebem incluídos em diversas práticas pedagógicas e socialização dentro do campus. Em consoante a isso, estão presentes alguns desafios também voltados à acessibilidade vivenciados por esses alunos, que serão apresentados na categoria a seguir.

Desafios cotidianos para a permanência

As narrativas dos estudantes revelaram preocupações sobre as ações relacionadas com a permanência na universidade. Com base nessas falas, é possível identificar diversos obstáculos enfrentados pelos alunos para permanecerem no ambiente acadêmico. Entre esses desafios, destacam-se a dificuldade de acesso a materiais didáticos, a escassez de recursos de apoio e a ausência de adaptações adequadas nas atividades e avaliações acadêmicas, como evidenciado nas falas de Luíza e Jamile, respectivamente:

“Muito difícil, muito estudo, muitas coisas assim que eu não consigo acompanhar, alguns assuntos que eu não consigo acompanhar por causa do jeito das aulas, mas tô conseguindo, mas sempre fico pra trás dos outros estudantes...” **Luíza**

“...chegar para o professor e falar assim “não posso fazer tal coisa assim”. Eu me sinto muito exposta ou atrapalhando a aula também, porque ele pode estar ali fazendo o que tiver que fazer, parar para tentar achar uma forma, porque ele não sabe, achar uma forma de que eu possa fazer, e eu fico...” Jamile

Os relatos revelam que, para além da sobrecarga acadêmica comumente enfrentada no ensino superior, esses estudantes lidam com uma constante insegurança em relação à sua capacidade de acompanhar o ritmo das disciplinas. Essa insegurança provoca sentimentos recorrentes de frustração e coloca em risco sua permanência na universidade. As experiências compartilhadas expõem não apenas a complexidade de suas trajetórias acadêmicas, mas também evidenciam a urgência de medidas institucionais concretas que tornem a acessibilidade e a inclusão práticas efetivas, e não apenas discursos formais^{1-3,16-18}. Liliane em sua fala posicionou-se em relação à esse fator:

“Os deficientes da instituição hoje estão clamando por ajuda. Porque é muito difícil permanecer na universidade.”

Liliane transmite um sentimento de desespero ao relatar as dificuldades enfrentadas, indicando que outros alunos com deficiência também enfrentam obstáculos para permanecer na universidade. Relatos de Castro et al. em sua pesquisa evidenciam uma série de queixas sobre as medidas adotadas pelas universidades¹⁹. As narrativas dos estudantes destacam barreiras como a falta de acessibilidade e o preparo inadequado para acolhê-los no ambiente acadêmico¹⁸.

Silva, et al.¹⁹ ressaltaram que as entrevistas evidenciaram o mal-estar vivenciado por estudantes com deficiência visual na universidade. Termos como "falta", "atitudes", "despreparo" e "silêncio" foram mencionados nas narrativas, sublinhando as dificuldades enfrentadas por eles ao adentrar na Universidade Federal da Bahia (UFBA)¹⁹. Diante disso, é de bom tom afirmar que apesar dos avanços, esses alunos lidam com muitos dificultadores para permanecerem na IES.

Essas afirmações são vistas nas entrevistas, no que tange o aluno com deficiência no seu cotidiano, o que é palpável se encontra nas dificuldades dos alunos em acompanhar as aulas e os demais colegas, além disso, eles aparentemente sem esses recursos, se esforçam para não ficar

para trás nas disciplinas. Jamile, por sua vez, comenta:

“Inclusive, eu acho que é um dos motivos de muita gente largar, primeiro é a atitude dos professores, de alguns alunos, mas também o curso em si, os problemas que a gente pode adquirir durante o curso, os problemas que a gente pode ter, problemas que a gente acha que não tem solução...”

Essa fala norteia o pensamento de ausência de assistências, no qual o aluno não vê as resoluções e devido a essas questões, abandonam o curso. Alguns artigos apresentam a permanência vinculada a assistências, na qual entende-se a permanência estudantil como a capacidade desses estudantes em superar esses obstáculos e dificuldades ao longo do caminho para continuação e conclusão dos estudos no ensino superior.

Castro et al.²⁰ evidenciaram uma série de reclamações sobre as medidas adotadas pelas universidades. As narrativas dos estudantes destacaram as barreiras enfrentadas, tais como a falta de acessibilidade e a falta de preparo do corpo da instituição adequado para acolhê-los no âmbito acadêmico¹⁹. Essas declarações expressaram descontentamento com os obstáculos que impactam na permanência desses indivíduos.

Silva et al.¹⁹ observaram o mesmo problema em suas pesquisas voltadas para alunos com deficiência visual, como cegueira e baixa visão. Foi constatado que as universidades oferecem acessibilidade em rampas, sinalização em braille, e banheiros adaptados seguindo as normas, no entanto, quando se trata de suportes assistivos pedagógicos, não há maiores preocupações. Na resolução do CONSU (Conselho Universitário) da instituição, enfatiza-se que a Rede de Acessibilidade e Inclusão da UNEB deve garantir a acessibilidade pedagógica em nível do ensino, da pesquisa e da extensão¹⁴, porém isso não é visto nos fragmentos desses alunos.

Em referência a essa pesquisa, podem ser apontadas algumas limitações e, entre estas, uma possível omissão nas narrativas dos informantes-chave em virtude da temática sensível. Os participantes podem ter sentido constrangimento ao relatar e/ou recordar suas vivências no âmbito acadêmico da UNEB. Ademais, ao compreenderem o objeto de investigação, podem

também ter ressignificado suas falas para se adequarem a análise e, deste modo, contribuído para a ocorrência do viés de informação impactando nos resultados estabelecidos.

Como contrapartida, o presente estudo apresenta pontos fortes devido ao seu caráter qualitativo que permite uma análise mais aprofundada do conteúdo evidenciando nuances muitas vezes inexploradas. Pode ainda ser salientado o apoio institucional que facilitou o acesso ao objeto e ao local da investigação já que as entrevistas foram realizadas no mesmo ambiente das vivências dos alunos com deficiência, possibilitando um maior impacto nas recordações e falas destacadas. Por fim, a expertise dos integrantes do grupo de pesquisa pode ter contribuído para a interpretação das narrativas dos informantes-chave, proporcionando uma leitura mais sensível e contextualizada das experiências relatadas, o que fortalece a consistência e profundidade da análise desenvolvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, de acordo com os resultados obtidos o presente estudo pode contribuir para o avanço na promoção da inclusão no ambiente acadêmico, bem como, no estímulo à adoção de medidas pedagógicas que capacitem o corpo docente a promover uma maior inclusão em sala de aula. Contudo, no que se refere à perspectiva dos alunos com deficiência, é notável que as discussões ainda refletem os mesmos desafios apontados na literatura, evidenciando que esses discentes continuam enfrentando problemas persistentes ao longo dos anos, como o capacitismo e a escassez de assistências adequadas às suas especificidades. Diante disso, torna-se necessária a realização de mais pesquisas voltadas à temática, a fim de identificar as lacunas que ainda permeiam esses achados.

REFERÊNCIAS

1. Ferreira JN, Carneiro CJ. Educação inclusiva no ensino superior: possibilidades e desafios para a permanência de estudantes com deficiência. Rev Bras Educ Espec [periódico na Internet]. 2020 [acesso em 2 ago. 2025];26(1):17–34. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0010>.
2. Silva MA, Garcia MZM. A inclusão escolar em universidades públicas brasileiras: conquistas e limites. Rev Bras Educ [periódico na Internet]. 2019 [acesso em 2 ago. 2025];24:e240053.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782019240053>.

3. Lima CS, Reis CCL, Oliveira PS. Políticas públicas de inclusão no ensino superior: um estudo em universidades federais. *Rev Educ Polít Soc*. 2018 [acesso em 2 ago. 2025];6(1):130–52. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/reps/article/view/59321>.

4. Rodrigues JS, Mendes EK. Desafios da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: o olhar dos professores. *Rev Educ Inclusiva*. 2020 [acesso em 2 ago. 2025];13(3):274–89. Disponível em: <https://revistas.ufes.br/educacaoinclusiva/article/view/31327>.

5. Carvalho RG, Santos MLD. O papel da tutoria especializada na permanência de estudantes com deficiência no ensino superior. *Rev Bras Educ Espec*. 2021 [acesso em 2 ago. 2025];27(2):195–212. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27n2a05>

6. Mantoan MT. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? *Rev Educ* [periódico na Internet]. 2017 [acesso em 2 ago. 2025];42(3):351–68. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/27999>.

7. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. *Rev Saude Publ* [periódico na Internet]. 2012 [acesso em 2 ago. 2025];46(1):1–6. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/yVZpBbDjRbhpFVy3pD4DWRr>.

8. Santos WR, Amaral L. Barreiras atitudinais na universidade: a percepção de estudantes com deficiência. *Rev Educ Espec*. 2019 [acesso em 2 ago. 2025];32(2):223–40. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/38577>.

9. França ISX, Batista SHSS, Lopes AMM. Inclusão e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior: avanços e limites. *Rev Baiana Enferm*. 2020 [acesso em 2 ago. 2025];34:e38943. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/38943>.

10. Silva CF, Melo LH. A atuação dos núcleos de acessibilidade no ensino superior: entre o legal e o real. *Rev Educ Inclusiva*. 2018 [acesso em 2 ago. 2025];11(2):122–37. Disponível em: <https://revistas.ufes.br/educacaoinclusiva/article/view/22055>.

11. Machado AF, Bianchetti L. A inclusão de estudantes com deficiência na universidade: impasses e perspectivas. *Rev Educ Soc*. 2017 [acesso em 2 ago. 2025];38(140):1097–114. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017176246>.

12. Lopes TMR, Lima DGS, Oliveira MLG. Educação inclusiva e formação docente: desafios para a prática pedagógica. *Rev Diálogo Educ*. 2019 [acesso em 2 ago. 2025];19(63):1177–96. Disponível em: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.19.063.AO08>.

13. Barbosa RS, Nogueira CR. Representações sociais da deficiência: impactos na inclusão universitária. *Rev Bras Educ Espec*. 2021 [acesso em 2 ago. 2025];27(3):401–18. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0031>.

14. Oliveira LCS, Pereira RA. Acessibilidade e deficiência na universidade: entre normas e práticas. *Rev Educ Inclusiva*. 2022 [acesso em 2 ago. 2025];15(1):95–112. Disponível em: <https://revistas.ufes.br/educacaoinclusiva/article/view/37291>.

15. Souza NMG, Pletsch MD. O papel dos professores no processo de inclusão no ensino superior. *Rev Educ Espec*. 2018 [acesso em 2 ago. 2025];31(1):77–96. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/27309>.

16. Cunha EF, Lima SAA. Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior: reflexões sobre políticas e práticas. *Rev Iberoam Educ*. 2020 [acesso em 2 ago. 2025];82(1):45–60. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/3949>.

17. Mendes EC, Teixeira LMA. As representações sociais de professores universitários sobre inclusão. *Rev Educ Inclusiva*. 2021 [acesso em 2 ago. 2025];14(2):310–28. Disponível em: <https://revistas.ufes.br/educacaoinclusiva/article/view/35810>.

18. Gomes LMF, Silva TRC. Formação docente e educação inclusiva: uma análise de práticas e discursos. *Rev Educ Contemp*. 2019 [acesso em 2 ago. 2025];25(58):e190089. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edcont/a/jfnzBtQwJkCrRP8R7dL9Zxk>.

19. Azevedo JLM, Rodrigues L. Políticas de ação afirmativa e inclusão no ensino superior. *Rev Educ Soc*. 2017 [acesso em 2 ago. 2025];38(139):995–1013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017177060>.

20. Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

IDENTIFICAÇÃO	SEXO	IDADE	COR DA PELE	CURSO	SEMESTRE	DEFICIÊNCIA
Luíza	F	23	Parda	Enfermagem	Dessestrelizado	Visual (baixa visão)
Rosilda	F	47	Negra	Fonoaudiologia	3°	Física (Hemiparesia Esquerda)
Liliane	F	21	Negra	Fisioterapia	Dessestrelizado	Física (Hemiparesia Direita)
Jamile	F	23	Negra	Fisioterapia	5°	Física (Hemiparesia Direita)
Eliana	F	60	Parda	Farmácia	2°	Física (Desvio da Coluna)
Marcos	M	40	Negro	Farmácia	Dessestrelizado	Física (Pé torto congênito)

Quadro 1. Dados sociodemográficos dos informantes-chave apresentando o perfil dos alunos com deficiência participantes.